



**ROYAL NORWEGIAN MINISTRY OF  
CLIMATE AND ENVIRONMENT**



*Empowered lives.  
Resilient nations.*

**Informação Geral**

Candidato: Idesam – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia  
Jurisdição: Tocantins – Brasil

Título do Projeto: Campo Sustentável - Implementando uma Estratégia de Produtos Sustentáveis no Tocantins, Brasil

Data de Início Proposta: Março de 2019

Duração Proposta (não deve exceder 18 meses): 18 meses

Valor solicitado em Dólares Americanos (não deve exceder U\$ 400.000): U\$ 372.120

**Contatos do Candidato**

Nome do Contato: Pedro Soares

Título: Gerente do Programa de Mudanças Climáticas

Organização: Idesam – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Endereço: Rua Barão de Solimões, 12, Cj. Pq. das Laranjeiras – Flores

69058-250 – Manaus – Amazonas

Telefone: +55 (92) 3347-7350

E-mail: [pedro.soares@idesam.org.br](mailto:pedro.soares@idesam.org.br)

**Contatos da Jurisdição**

Nome do Contato: Rubens Pereira Brito

Título: Subsecretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Departamento: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Endereço: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, Plano Diretor Norte, Palmas-TO, CEP 77001-002

Telefone: +55.63.3218.2189

E-mail: [rubens\\_smaf@semades.to.gov.br](mailto:rubens_smaf@semades.to.gov.br)

## Sumário

1.1	Resumo.....	3
1.2	Auto Avaliação.....	4
	Estratégias Jurisdicionais Existentes.....	4
	Outros processos relevantes de desenvolvimento de baixas emissões.....	6
	Financiamento e Investimento.....	8
	Aprendizado .....	10
	Capacidade do Parceiro.....	11
1.3	Oportunidades Estratégicas .....	13
1.4	Objetivos e Resultados Esperados.....	16
1.5	Descrição das Atividades.....	19
1.6	Plano de Implementação e Prazo.....	21
1.7	Temas Transversais .....	23
	Interação com um Quadro Político mais Amplo .....	23
	Parcerias.....	24
	Participação das Partes Interessadas .....	24
	Integração de Gênero.....	24
	Gestão de Conhecimento e Comunicações.....	25
2.1	Gerenciamento de Riscos.....	26
	Risco de Incentivo .....	26
	Risco Institucional .....	26
	Risco Climático .....	26
2.2	Monitoramento.....	27
2.3	Sustentabilidade dos Resultados.....	27

# 1. Justificativa e Abordagem

---

## 1.1 Resumo

O Estado do Tocantins está construindo uma economia sustentável em muitas frentes, através da solidificação de seu arcabouço legal, programas e de projetos com recursos próprios e financiamentos nacionais e internacionais. Dentre esses esforços, destaca-se o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), que inclui o desenvolvimento do programa jurisdicional de REDD+ do Tocantins. O PDRIS é financiado hoje por um empréstimo de US\$ 300 milhões do BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e suas atividades já estão em elaboração.

No entanto, o desafio é grande: aproximadamente 80% da área do Tocantins está sob controle privado, enquanto os parques e terras indígenas protegem apenas os 20% restantes. Muitos proprietários ainda são capazes de converter legalmente vegetação nativa para pastagem devido ao Código Florestal Nacional, que permite que os produtores convertam 65% de suas terras para fins agrícolas, para o caso do Bioma Cerrado.

Além da possibilidade de expansão do desmatamento legal, o Tocantins observa hoje uma baixa produtividade nas principais cadeias de valor, chegando a um valor médio entre 0,5 e uma cabeça de gado por hectare. Sabe-se que a restauração de pastagens degradadas e a mudança das práticas de manejo da terra podem aumentar a produtividade por hectare dessas propriedades, e com isso, reduzir a pressão por conversão de vegetação nativa em pastagens ou culturas.

Esse cenário é de extrema importância para o país como um todo. O setor de Mudanças do Uso da Terra emitiu, entre 1990 e 2015 cerca de 37 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente (tCO<sub>2</sub>e), o que representou 64% das emissões nacionais para o mesmo período. O desmatamento é a principal fonte de emissões do setor de Mudanças no Uso da Terra. Somente o bioma Amazônia contribuiu com 43% das emissões brasileiras. Portanto, as ações de redução de emissões do setor devem estar atreladas às estratégias nacionais de redução do desmatamento<sup>1</sup>.

Considerando este cenário, o Tocantins não tem medido esforços para desenvolver uma economia sustentável, principalmente no setor agropecuário, haja vista a vocação do estado para este setor produtivo. Um grande destaque, dentre as diversas frentes que o estado trabalha, é o Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins. Esta estratégia tem como objetivo geral contribuir para a mitigação da mudança do clima por meio da eliminação do desmatamento ilegal, da conservação e recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais.

O programa estadual criará uma arquitetura robusta, a fim de dar segurança e subsidiar programas de economia de baixo carbono, que diminuem as pressões de desmatamento e degradação e beneficiam as comunidades locais, considerando sempre as salvaguardas socioambientais. Além disso, este programa fará com que atividades REDD+ sejam incluídas em um regime estadual/nacional de redução de emissões, alinhado com as políticas e planos de ação estaduais, com os planos por biomas e com a Política Nacional de Mudança Climática (PNMC).

**Dessa forma, esse projeto é pensado para reduzir o desmatamento em terras privadas dentro do bioma Cerrado**, que faz fronteira com a Amazônia, de forma complementar e aninhada com o Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins. O projeto está estruturado em quatro eixos. Os eixos estão pensados como parte da estratégia maior do estado para o desenvolvimento sustentável, e buscam endereçar desafios presentes e futuros.

---

<sup>1</sup>[http://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2017/08/Relatorios-Seeg-2017\\_MUT\\_final.pdf](http://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2017/08/Relatorios-Seeg-2017_MUT_final.pdf)

1. Implantação e acompanhamento do Programa Campo Sustentável
2. Construção de sistema de MRV do Estado do Tocantins para Produção Rural Sustentável
3. Desenvolvimento de Estratégia de Investimento para transição agroecológica e redução do desmatamento no Estado
4. Prospecção de novos investimentos para transição agroecológica do Estado do Tocantins

## 1.2. Auto Avaliação

### Estratégias Jurisdicionais Existentes

Existe uma estratégia de REDD+ jurisdicional existente? Sim ( ) Não (X)

Em caso afirmativo, por favor, forneça nome, ano de aprovação e o link online da estratégia.

O Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins está atualmente sob elaboração e compõe o Eixo II do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), visando o desenvolvimento econômico harmônico, equilibrado e sustentável, por meio de apoio a iniciativas locais e descentralização.

O Programa Jurisdicional de REDD+ já entregou alguns dos seus produtos iniciais. Essa iniciativa estabelecerá a linha de base jurisdicional, um sistema de monitoramento, as salvaguardas sociais e ambientais e o mecanismo de repartição de benefícios, entre outros critérios importantes para a participação. O programa permitirá que projetos que reduzam o desmatamento abaixo do cenário de "business-as-usual" gerem unidades de redução de emissões ou créditos de sequestro de carbono que podem ser vendidos a uma variedade de compradores, como fundos multilaterais / bilaterais, compradores de compliance ou compromissos voluntários de carbono do setor privado.

O PDRIS é financiado hoje por um empréstimo de US\$ 300 milhões do BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

*Qual a cobertura geográfica da estratégia?*

O Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins irá cobrir todo o estado.

*Quais os motores do desmatamento (diretos e subjacentes)? Quais agentes de desmatamento/mudança estão associados?*

Existe extensa literatura que descreve os principais vetores de degradação florestal e desmatamento no Brasil<sup>2</sup>. Os principais fatores do Tocantins estão ligados ao crescimento da demanda por alimentos, fibras, combustíveis e abastecimento, agricultura e pecuária, devido à abundância de terras produtivas, água e solo encontrado no Estado.

O desmatamento e a degradação florestal podem ser divididos em duas grandes categorias: não planejada e planejada. Existem quatro tipos dominantes de desmatamento e degradação planejada e atividades não planejadas:

- Expansão das atividades pecuária e agrícola;
- Infraestrutura (estradas, energia hidrelétrica, mineração e expansão urbana);
- Extração ilegal de vegetação nativa (carvão e lenha); e
- Fogo.

O projeto proposto visa abordar principalmente o primeiro vetor, relacionado ao uso da terra pelas

---

<sup>2</sup> Alguns exemplos são apresentados nos links a seguir:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512009000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000100003)

<http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Desmatamento-nos-Assentamentos-da-Amaz%C3%B4nia.pdf>

<http://www.floram.org/files/v18n1/v18n1a11.pdf>

<http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n1/a07v50n1>

atividades pecuária e agrícola.

*Como a estratégia se encaixa no quadro político mais amplo, incluindo políticas setoriais? Há alguma inconsistência?*

O Programa Jurisdicional de REDD+ está sendo desenhado dentro do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), uma ampla iniciativa para o desenvolvimento sustentável do Tocantins. O Programa de REDD+ está pensado para que projetos isolados de REDD+ se aninhem, ou seja, se integrem em um nível jurisdicional, permitindo um maior alinhamento com as políticas e legislações nacionais. Além disso, tem por objetivo garantir que as reduções de emissão ganhem escala para um nível jurisdicional, podendo ser inseridas dentro de um sistema de registro, que por sua vez irá promover uma justa distribuição dos benefícios e viabilizar a implantação de salvaguardas socioambientais.

Além disso, o Programa Jurisdicional de REDD+ está sendo construído tendo como base o arcabouço institucional do Tocantins, que inclui, dentre outros:

- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Tocantins (PPCDQ-TO)
- Zoneamento Ecológico-Econômico
- Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC
- Política Estadual de Florestas e Plano Estadual de Florestas (minuta está na Casa Civil)
- Política Estadual de Proteção a Fauna (minuta está na Casa Civil)
- Plano de Agricultura de Baixo Carbono/TO
- Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pela Lei 12.651/12
- Mapa de Potencialidade de Uso da Terra
- Inventário Florestal
- Mapeamento das Regiões Fitoecológicas do TO
- Plataforma de Compartilhamento de Informações Geográficas (PCI)

*Existe uma ligação entre a estratégia jurisdicional e a estratégia ou processos nacionais de REDD+? Sim (X) Não ( ) E quanto aos processos globais? Sim (X) Não ( ) Em caso afirmativo, por favor, descreva.*

O Tocantins segue a orientação estratégica do Brasil, já que o país conta com um sistema inicial para implementação do REDD+. O Brasil lançou sua Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) em 2016 e, o Tocantins, faz parte de duas das Câmaras Consultivas Temáticas da Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+), focadas em Salvaguardas Socioambientais e Captação e Distribuição de Recursos Não-Reembolsáveis. Com isso, o estado se mostra informado e alinhado nos debates, a fim de fazer com que a estratégia do Tocantins contribua para a NDC do Brasil e com que o Programa esteja alinhado às resoluções da CONAREDD+. Da mesma forma, o Brasil enviou o FREL do Cerrado, outro documento importante para a elaboração do plano do Tocantins.

O governo federal brasileiro também reconhece a importância das estratégias jurisdicionais de REDD+ e inclusive reconhece o direito dos estados de captar pagamentos por resultado de REDD+ dentro de limites mutuamente estabelecidos<sup>3</sup>, que são reportados em sistema único e transparente – o InfoHub Brasil<sup>4</sup>. Assim, os estados e governo federal vêm trabalhando conjuntamente para a construção de uma abordagem aninhada, inclusive no que tange o respeito às salvaguardas socioambientais<sup>5</sup>.

Quanto aos processos globais, o Tocantins é signatário da Declaração de Rio Branco, demonstrando alinhamento regional com os demais estados da Amazônia, além de assinar o Under 2 MOU, acordo internacional para mitigação das mudanças climáticas. Logo, o Programa Jurisdicional de REDD+ contribuirá para o alcance dos objetivos destes acordos.

---

<sup>3</sup><http://redd.mma.gov.br/images/central-de-midia/pdf/Documentos/conaredd-resolucao-no6-20170621-final.pdf>

<sup>4</sup><http://redd.mma.gov.br/pt/infocenter>

<sup>5</sup><http://redd.mma.gov.br/pt/component/content/article/106-central-de-conteudos/noticias-principais/876-salvaguardas-de-redd-sao-temas-de-oficinas-regionais?Itemid=0>

*Existe um sistema para monitorar o progresso da estratégia jurisdicional existente (dados florestais e não florestais)? Sim (x) Não ( ) Por favor, descreva e forneça os links quando relevantes.*

Hoje, o Programa Jurisdicional ainda não está estabelecido, mas já conta na Semarh com a Gerência de Informação e Inteligência Ambiental, que possui como competências: (I) participar da elaboração, estruturação e Integração dos Sistemas de Gestão Ambiental; (II) manter e abastecer a estrutura do banco de dados ambientais e geográficos; (III) gerenciar o Centro de Inteligência em Gestão Ambiental; (IV) divulgar os dados ambientais existentes no estado; (V) manter o núcleo de geoprocessamento para Gestão Ambiental do estado; (VI) elaborar, coordenar e fiscalizar projetos para estruturação da gerência e do CIGMA; (VII) implementar o Cadastro Ambiental Rural – CAR no estado; (VIII) participar da execução do projeto CAR – Tocantins Legal – Fundo Amazônia/BNDES.

De toda forma, no Programa Jurisdicional de REDD+ está previsto o desenvolvimento de um plano de monitoramento para seus parâmetros (a serem definidos), especificando os procedimentos e itens que devem ser medidos por bioma e por atividade REDD+, além de um relatório de monitoramento que descreverá os resultados da aplicação do Plano de Monitoramento aprovado para um período de tempo específico (o Primeiro Período de Monitoramento do Programa) e a contabilização das reduções de emissão neste período.

*A estratégia vinculada aos sistemas nacionais de monitoramento florestal protege os sistemas de informação ou outros processos de monitoramento nacionais/globais relevantes? Sim (X) Não ( ) Em caso afirmativo, por favor, descreva.*

Sim, a estratégia está sendo desenhada de forma alinhada às políticas e sistemas do governo federal. Por exemplo, ela responde às demandas colocadas nas Resoluções da CONAREDD+ e toda a captação será feita dentro dos limites de distribuição acordados nacionalmente entre governo federal e estados. A estratégia jurisdicional de REDD+ do Tocantins terá um sistema de monitoramento próprio – de toda forma, contará com as informações disponibilizadas pelos sistemas federais como o SISREDD+. Quando o SISREDD+, sistema nacional de monitoramento das salvaguardas socioambientais, estiver desenhado e implementado, o Tocantins irá buscar aplicar seus principais elementos à estratégia jurisdicional.

## Outros processos relevantes de desenvolvimento de baixas emissões

*Existe alguma cadeia de suprimentos - compromissos e / ou iniciativas atualmente ativas na jurisdição? Sim (X) Não ( )*

O Tocantins está comprometido com o Desafio de Balikpapan, liderado pelo GCF. No desafio, prevê-se a criação de grupos de trabalho de commodities sustentáveis e o Tocantins planeja participar do Grupo de Trabalho regional quando da sua criação. No tocante aos compromissos do Tocantins, também podemos elencar o Under2 MOU, que, traz claramente metas de redução de desmatamento e distribuição de benefícios de pagamento por desempenho. Enquanto isso, destacamos os compromissos já assumidos pelo estado nessa agenda:

- Política Estadual de Uso Sustentável do Capim-Dourado e Buriti, que tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais que historicamente confeccionam artesanato de Capim-Dourado e Buriti por meio do incentivo a práticas sustentáveis de uso destas duas espécies e seus ambientes de ocorrência;
- Projeto CAR - Tocantins Legal, junto ao BNDES no valor de R\$ 40.504.400 com contrapartida do Estado de R\$ 3.060.000 para implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR nos municípios do Estado do Tocantins. O Tocantins já possui cerca de 68% de áreas cadastradas até o final de março/18. O projeto visa reduzir o desmatamento no território do Estado do Tocantins nos biomas Amazônia e Cerrado por meio da criação de sistema de monitoramento e controle do desmatamento; da realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR); do incentivo à descentralização da gestão ambiental para os municípios com maior número de habitantes; do fortalecimento dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente.

- Feiras de Artesanatos Indígenas das Sete Etnias do Estado do Tocantins, em parceria com Associações Indígenas Sensai, Dsei, Seduc, Setas, Cultura, Funai. Como portadores de tradições culturais próprias e visões de mundo específicas, os povos indígenas têm direitos culturais reconhecidos pela Constituição, entre eles, o direito a valorização de suas línguas e culturas. Nesse sentido, a promoção de reflexões aprofundadas das comunidades indígenas com suas próprias tradições e a disseminação delas são os primeiros passos para programas de valorização cultural, que promovem o estabelecimento de novos elos entre os povos indígenas e a sociedade em geral e entre as novas gerações indígenas.
- O Tocantins está firmando um Termo de Cooperação Técnica com o Earth Innovation Institute (EII) com o intuito de identificar cadeias produtivas para REDD+ no estado, contribuindo com as estratégias e esforços já existentes no Tocantins. É válido salientar que nesta estratégia com o EII não haverá implementação de módulos produtivos, tendo em vista que esta é uma atividade do Campo Sustentável, mas subsidiará sua continuidade de forma mais efetiva no longo prazo.

*Em caso afirmativo, como sua estratégia jurisdicional existente se relaciona com as iniciativas da cadeia de suprimentos sustentável existentes, caso seja o caso?*

O Programa Jurisdicional de REDD+ do TO ainda está em elaboração, e próprio projeto aqui proposto visa criar um elo entre as cadeias de suprimento e o REDD+ no estado, ao promover práticas de intensificação da produtividade e redução da pressão de conversão de áreas florestais nativas.

Desta forma, podemos afirmar que Campo Sustentável será uma estratégia complementar às atividades do Programa de REDD+ do Tocantins. O projeto, na forma que está desenhado, contribuirá para que o Tocantins possa escalonar as atividades realizadas, replicando-o para todo estado, desta forma, dando continuidade à estratégia após os 18 meses.

De toda forma, atualmente podemos também destacar o Plano ABC/TO, ou o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, que é composto por sete programas, sendo seis deles referentes às tecnologias de mitigação, e ainda um último programa com ações de adaptação às mudanças climáticas:

- Programa 1: Recuperação de Pastagens Degradadas;
- Programa 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs);
- Programa 3: Sistema Plantio Direto (SPD);
- Programa 4: Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN);
- Programa 5: Florestas Plantadas;
- Programa 6: Tratamento de Dejetos Animais;
- Programa 7: Adaptação às Mudanças Climáticas.

Portanto, o Programa Jurisdicional de REDD+ será criado alinhado com a nova Política Estadual de Mudança Climática e Serviços Ambientais e com a estrutura já existente no estado, aplicando as tecnologias de mitigação planejadas.

*Existem compromissos e / ou iniciativas com Povos Indígenas e / ou Comunidades Locais (IP/LC)? Sim ( )  
Não (X)*

O Tocantins possui uma Gerência de Proteção de Povos Indígenas, na estrutura da Secretaria da Cidadania e Justiça. Suas atribuições são desenvolver as políticas públicas de defesa e proteção dos povos indígenas no estado do Tocantins em interlocução com secretarias afins e com os povos indígenas do Estado, entidades não governamentais, FUNAI e outros; assessorar a Criação do Conselho estadual de defesa dos direitos humanos dos povos indígenas do TO. Além disso, os povos indígenas exercem suas funções e debatem seus direitos com assento no Conselho Estadual de Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos e no Fórum Estadual de Mudanças do Clima.

Vale ressaltar que o desenvolvimento do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins prevê uma série de produtos diretamente relacionados à questão das salvaguardas socioambientais, que visam garantir o direito dos povos indígenas, comunidades locais e demais grupos marginalizados<sup>6</sup>.

Dessa forma, será desenvolvido um Plano de Trabalho para as Salvaguardas de REDD+ do Tocantins, que terá como referência a metodologia do SOCIALCARBON, criada e desenvolvida pioneiramente no Estado do Tocantins. Além disso, será desenvolvido um Guia de Processos das Salvaguardas REDD+ Tocantins, contendo os princípios, indicadores e critérios relativos ao Monitoramento, Reporte e Verificação dos impactos socioambientais do Programa, seguindo as diretrizes do Acordo de Cancun (COP-16, 2010) e a Plataforma de Durban (COP17, 2011). A versão preliminar do Guia será submetida a validação por especialistas e partes interessadas, inclusive, mas não limitadas a representantes de governos municipais, governo estadual, ministério público, pequenos produtores rurais, setor privado, terceiro setor e, em especial, comunidades tradicionais e populações indígenas. A versão final do Guia será aquela que contém as revisões necessárias para atender as instruções do comitê de especialistas e as demandas propostas pelas partes interessadas. A partir disso, serão desenvolvidas as Diretrizes de Salvaguardas Socioambientais, que orienta a aplicação das Salvaguardas Socioambientais, e um Relatório de Monitoramento das Salvaguardas Socioambientais.

O processo de desenvolvimento do Programa Jurisdicional de REDD+ no Tocantins também contempla o desenvolvimento de um modelo de Distribuição de Benefícios, que será submetido à validação por especialistas e Partes Interessadas. A repartição de benefícios deve beneficiar, de forma equitativa, todos os atores envolvidos, inclusive povos indígenas, populações tradicionais e quilombolas, bem como as comunidades das áreas impactadas pelo programa e pelos projetos. A remuneração direta pela redução das emissões deverá seguir os conceitos de direito constitucional e civil brasileiro e será atribuída conforme a titularidade da propriedade responsável pela redução de emissões. Ou seja, o pagamento é ao Estado pela conservação das áreas públicas, e aos projetos, quando em áreas particulares. Parte desses recursos pagos ao Estado e aos particulares deve ser destinada à repartição de benefícios, através de mecanismos tributários ou em modelos alternativos.

*Em caso afirmativo, como sua estratégia jurisdicional existente se relaciona com as iniciativas existentes de IP / LC, caso seja o caso?*

*Existem outros projetos importantes ou atividades relevantes para o REDD+/LED que ocorrem na jurisdição? Sim (X) Não ( ) Em caso afirmativo, por favor, liste os parceiros/organizações.*

Com financiamento de 12.000.000 de Euros, o Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado (CERRADO JALAPÃO) visa à prevenção, o controle e o monitoramento de incêndios no Cerrado e contribui para a manutenção do Cerrado como um sumidouro de carbono de relevância global, para a redução de emissões de gases de efeito estufa e para a conservação da biodiversidade por meio do aprimoramento do manejo integrado e adaptativo do fogo em áreas selecionadas do Cerrado. O projeto já produziu e publicou documentos acerca de alternativas para o uso do fogo, gestão participativa das UC e termos de compromisso, aplicação do MIF, a radionovela do MIF, monitoramento remoto, pesquisas sobre fogo, planos operativos e planos de proteção, seminários e vídeo aulas, boletins e factsheets do projeto; todos disponíveis no site <<http://cerradojalapao.mma.gov.br/biblioteca/arquivos>>. Este projeto conta como parceiros o KfW, a GIZ e a Caixa Econômica Federal.

## Financiamento e Investimento

*A estratégia jurisdicional é apoiada por algum plano de investimento/implementação claro e detalhado? Sim (X) Não ( )*

Como informado acima, o Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins está inserido no Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins (PDRIS). O Governo do Estado do

---

<sup>6</sup> <https://central3.to.gov.br/arquivo/309943/%20Entrada%20x>

Tocantins está executando um contrato de empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para financiamento da execução do PDRIS.

O referido Projeto tem como executores a Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), a Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA), a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a Secretaria da Educação (SEDUC), a Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRO) e Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS). Considerando que o PDRIS possui uma abordagem ampla e multissetorial, ficam os órgãos governamentais responsáveis por elaborar e gerir seus próprios projetos, dentro do escopo do PDRIS, porém, cada qual em sua área de atuação, sob supervisão da SEPLAN e do BIRD.

*Em caso afirmativo, qual é o alcance do plano de investimento? (por exemplo, alcance geográfico, alcance setorial) Por favor, descreva.*

O plano de investimento do PDRIS beneficia todo o território do estado do Tocantins. Em termos setoriais, o PDRIS também é um projeto amplo, que busca fomentar o melhoramento da eficácia do transporte rodoviário e a eficiência de um conjunto selecionado de serviços público em apoio a um desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado do Estado e tem como componentes: (i) o melhoramento integrado da eficácia do transporte; e (ii) o melhoramento da eficiência dos serviços públicos numa seleção de serviços públicos. Para informações e documentos do projeto, basta acessar o link <https://seplan.to.gov.br/pdris/>.

No Melhoramento da Eficiência dos Serviços Públicos numa Seleção de Serviços Públicos objetiva-se fomentar um desenvolvimento local inclusive e um crescimento sustentável e providenciar melhor serviços aos usuários numa seleção de serviços públicos: (i) modernização da administração via a introdução de uma cultura de gerenciamento por resultados, a descentralização e a otimização do uso da terra; (ii) apoio ao desenvolvimento da produção local, principalmente, através do desenvolvimento de projetos pilotos de capacitação, infraestrutura e cadeia de produção; (iii) melhoramento do gerenciamento do meio ambiental e desenvolvimento rural em articulação com os outros componentes e o GEF nas áreas do melhoramento do licenciamento, da proteção da biodiversidade e da gestão dos recursos hídricos; e (iv) melhoramento da qualidade na educação via a implementação de sistemas de informação e gerenciamento, capacitação e apoio a populações frágeis.

Dentro do contexto do segundo eixo, o Programa Jurisdicional de REDD+ está sendo desenvolvido a fim de elaborar um relatório com informações sobre o estoque de carbono das diferentes fitofisionomias florestais do Tocantins, estabelecer uma linha de base jurisdicional de REDD+, elaborar um plano de monitoramento para o programa, estabelecer as salvaguardas socioambientais para REDD+ na realidade do Tocantins, com um relatório de monitoramento, e, elaborar uma proposta de repartição de benefícios. Com isso, o Campo Sustentável será um projeto piloto complementar alinhado com os esforços do Tocantins.

É válido salientar que o recurso recebido para elaborar a estratégia jurisdicional do Tocantins não irá financiar as atividades do Campo Sustentável. Embora não haja um investimento financeiro direto, o Campo Sustentável contribuirá de forma significativa como um primeiro passo do programa jurisdicional, a ser escalonado, na implementação das atividades de REDD+ no estado, de forma aninhada e estratégica com todo o arcabouço legal e institucional do Tocantins.

*Você identificou os vários fluxos financeiros existentes que podem ser relevantes para a implementação da estratégia/plano REDD+ e maneiras de envolvê-los (pelo menos, fluxos financeiros públicos, domésticos e internacionais e potencialmente privados)? Quanto do orçamento é financiado e por quem?*

A identificação dos fluxos de financiamento que podem ser relevantes para a implementação da estratégia será realizada, com maior acurácia, durante o seu processo de elaboração. Todavia, já existem alguns direcionamentos quanto a isso. Em termos gerais, o Tocantins prevê acordos futuros com mercado interno (Fundo Amazônia) e externo (Fundo Verde do Clima), além do mercado voluntário. Além disso, o Estado já iniciou diálogos para Acordos Bilaterais com Alemanha e Reino Unido para o financiamento de ações e iniciativas inovadoras para REDD+.

O Tocantins, representado no projeto pela SEMARH e pelo Ruraltins, e a Embrapa, entrarão no projeto com uma contrapartida direta, através dos técnicos disponibilizados para a implementação do Campo Sustentável e seus respectivos salários e diárias (quando cabível), assim como com os veículos e a logística de transporte necessária. A SEMARH compromete-se em disponibilizar 4 servidores para o projeto, sendo que cada um deverá empenhar 20% do seu tempo produtivo para as atividades do projeto.

No tocante às instituições parceiras, Embrapa e Ruraltins, vale esclarecer que são instituições públicas vinculadas ao Governo Federal e Governo Estadual, respectivamente.

Como contrapartida indireta, o Tocantins entrará com o investimento e o esforço no desenvolvimento de seu Programa Jurisdicional de REDD+, que ocorre em paralelo e de forma independente deste projeto, mas com metas alinhadas e que escalonará e replicará os bons resultados obtidos após os 18 meses do Campo Sustentável.

*Existem oportunidades para alinhar o financiamento existente aos objetivos jurisdicionais de REDD +? Sim (X) Não ( ) Em caso afirmativo, por favor, descreva.*

Sim, pois o Tocantins está construindo suas políticas e planos de forma alinhada, colaborando para um desenvolvimento de baixas emissões.

## Aprendizado

*O que foi alcançado como resultado da estratégia jurisdicional existente? Isso levou ao resultado esperado?*

A estratégia jurisdicional de REDD+ ainda não está implementada. Entretanto, já foi possível identificar a estrutura gerencial do Programa e os parceiros técnicos que apoiarão o desenvolvimento do Sistema, assim como as fontes de financiamento para elaboração dos estudos e modelagens técnicas, como o cenário de linha de base e procedimentos para a contabilidade estadual para REDD+.

*O que é necessário para alcançar o impacto desejado?*

O programa irá desenvolver os elementos centrais para implementação do REDD+ no Estado, como o cenário de linha de base, o sistema de contabilidade e monitoramento dos resultados atingidos e os mecanismos de distribuição de benefícios, para que o Estado possa canalizar novos recursos para redução do desmatamento e fomento a cadeias produtivas sustentáveis.

*Houve algum resultado inesperado?*

N/A

*Quais foram os resultados/conclusões da estratégia jurisdicional existente?*

Apesar da estratégia estar em desenvolvimento, durante sua fase inicial de elaboração, foi possível a compreensão da dinâmica de desmatamento no Tocantins, seus principais atores, principais áreas afetadas, assim como a oportunidade de reduzir as emissões provenientes do desmatamento.

*Há lições aprendidas com a implementação dos planos existentes?*

N/A

*Houve algum desafio no desenvolvimento ou implementação da estratégia? Considere o seguinte:*

*Quais aspectos da estratégia não foram implementados e por quê? N/A*

*Quais são as barreiras em curso? N/A*

## Capacidade do Parceiro

*A organização parceira possui uma forte presença na jurisdição? Sim (x) Não ( ) Descreva brevemente quaisquer iniciativas anteriores relacionadas com REDD+/LED lideradas pela organização parceira.*

O Idesam atuou como Coordenador Nacional do GCF de 2011 a 2018, tendo acumulado experiências e presença em todas as jurisdições da Amazônia brasileira, incluindo o Tocantins. Como coordenador nacional, o Idesam apoiou o estado do Tocantins no desenvolvimento das capacidades institucionais locais para as agendas de clima e florestas, incluindo REDD+, com experiência compartilhada durante a elaboração de documentos, posicionamentos e recomendações para integração dos Programas subnacionais como Estratégia Nacional de REDD+.

Complementarmente, o IDESAM já vem apoiando o Estado do Tocantins na elaboração de sua linha de base, sistema de MRV e procedimentos de contabilidade de reduções de emissões pela redução do desmatamento no Estado. Mais recentemente, o Idesam esteve envolvido na aproximação e apoio do Estado do Tocantins com o governo federal e em negociações internacionais para REDD+.

*Existe alguma proposta regional? Sim ( ) Não (x) Em caso afirmativo, por favor, descreva o motivo pelo qual uma abordagem regional é necessária.*

*O parceiro tem a capacidade de gerenciar efetivamente um projeto desta escala? Sim (x) Não ( ) Por favor, descreva.*

Sim. O Idesam tem extensa experiência na gestão de projetos com escalas similares de orçamento. Também apresenta experiência em projetos junto a governos estaduais na Amazônia brasileira. Alguns exemplos de projetos presentes e passados estão listados a seguir. Mais informações podem ser encontradas no seu Relatório Institucional<sup>7</sup>. Adicionalmente, o parceiro está disposto a formar aliança com outros parceiros locais caso identifique qualquer lacuna na implementação do projeto.

**CIDADES FLORESTAIS:** apoiado pelo Fundo Amazônia / BNDES, o projeto tem como objetivo fomentar novas práticas extrativistas para produção madeireira de pequena escala e de produtos florestais não-madeireiros na Amazônia. Este fomento se dá por meio de: implantação de plataforma digital e aplicativo de apoio à gestão da produção comunitária; implementação de novos equipamentos e maquinários para a atividade florestal; elaboração de 25 planos de manejo florestais; instalação de duas novas mini usinas e apoio estrutural a outras três já existentes. O projeto, em sua primeira fase, atua com cinco organizações sociais em 6 municípios do Amazonas. Em sua segunda fase, atuará com mais 10 organizações sociais na região de atuação do projeto, além das cinco organizações da primeira fase. Orçamento de cerca de BRL 12 milhões ao longo de 3 anos.

**BR-319:** Realizado com apoio da Fundação Moore, o projeto atua na região de influência da BR-319, compreendendo vários municípios e Unidades de Conservação do Amazonas. Os principais objetivos são: reduzir a ameaça de desmatamento, aumentar a efetividade de políticas públicas ambientais e prevenir o déficit da participação popular nos processos decisórios. Neste escopo, serão realizados estudos estratégicos sobre a dinâmica de desmatamento e ocupação de terras, motivações políticas, estruturas de governança e perfil socioeconômico e ambiental na região de influência. Em parceria com o Funbio, o Idesam fará uma análise da implementação de Unidades de Conservação afetadas pela rodovia. Orçamento de cerca de BRL 1,5 milhão ao longo de 18 meses.

**PROJETO DE PECUÁRIA SUSTENTÁVEL:** baseia-se em um micro-crédito rotativo, onde se financia a implantação de novas unidades produtivas no município de Apuí, no Amazonas, a partir do pagamento do empréstimo realizado pelos agricultores. Através do projeto, busca-se fazer a integração

---

<sup>7</sup><http://idesam.org/publicacao/Relatorio-Institucional-2016.pdf>

pecuária/floresta, com a inserção de espécies florestais e não florestais em áreas de pastagem, trazendo benefícios para o agricultor e para a pastagem. Orçamento de cerca de EUR 68 mil ao longo de 12 meses.

**PROJETO CAFÉ EM AGROFLORESTA:** tem como objetivo fomentar e fortalecer a cadeia produtiva do café agroecológico em Apuí, como alternativa sustentável de renda e também para contenção do desmatamento no município. Atualmente a equipe do Idesam está focada no apoio à estruturação de um sistema participativo de garantia, a fim de agregar valor ao café. Orçamento de cerca de BRL 2,5 milhões ao longo de 4 anos.

**GESTÃO DE FLORESTAS DO AMAPÁ:** em parceria com GRET, Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos, o Idesam capacitou 70 comunitários natemática de Gestão Florestal em projetos de assentamento no entorno da Floresta Estadual Amapá e elaborou um Guia Prático do Manejo Florestal em Pequena Escala do Amapá, a fim de subsidiar produtores locais na busca da autonomia para produção florestal. Orçamento de cerca de BRL 500 mil ao longo de 3,5 anos.

**COORDENAÇÃO NACIONAL DO GCF:** Desde 2011, o IDESAM atua como ponto focal nacional das atividades da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF) no Brasil, trabalhando diretamente com os 9 Estados membros nas ações técnicas e políticas relacionadas à REDD+ no contexto da Força Tarefa. Orçamento de cerca de USD 100 mil anuais.

*O parceiro está trabalhando com outras jurisdições em propostas separadas? Sim (x) Não ( )*

O Idesam é proponente apenas do projeto do Tocantins. No entanto, está envolvido como parceiro nos projetos de Rondônia e Amazonas, auxiliando o Instituto BVRio e Fundação Amazonas Sustentável, respectivamente.

*Em caso afirmativo, o parceiro teria capacidade de trabalhar com múltiplas jurisdições? Sim (x) Não ( ) Por favor, descreva.*

A equipe do Programa de Mudanças Climáticas do Idesam, que está envolvida com os projetos propostos ao PNUD, é composta por uma gama diversificada de profissionais nas áreas de Gestão Ambiental, Engenharia Florestal, Economia e Relações Internacionais, com ampla experiência na gestão e cogestão de projetos. Além disso, o proponente conta com o amplo apoio da equipe da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins, que lidera o desenvolvimento da proposta.

*O parceiro tem capacidade para aplicar os Padrões Sociais e Ambientais (SES) do PNUD? Sim ( x ) Não ( ). Se sim, desenvolva".*

Sim, o Idesam tem capacidade, e interesse, em aplicar os Padrões SES do PNUD neste projeto. O Idesam trabalha na Amazônia desde 2004, colaborando com diferentes comunidades tradicionais, produtores rurais e parceiros locais em sua história. Essas relações foram construídas com base no respeito à diversidade, garantia de direitos e respeito a cultura local amazônica, com atuação desde o campo e meio rural até a tomada de decisão política regional e nacional. Além disso, possui uma equipe técnica plural e competente, com experiência na avaliação e mitigação de riscos e habituada aos padrões nacionais de segurança do trabalho.

Em sua última avaliação institucional, o Idesam verificou ser composto por 41% de mulheres, inclusive em cargos de liderança, e adota uma postura de igualdade de gênero e empoderamento feminino. O Idesam também adota, em sua sede em Manaus, políticas de reciclagem de resíduos, inclusive lixo eletrônico e pilhas, eficiência energética com quase 100% de lâmpadas LED e neutraliza as emissões de carbono de todas as suas operações e colaboradores. Em seu planejamento, a instituição também se comprometeu com modificações estruturais voltadas a coleta e uso da água da chuva e melhorias de acessibilidade.

Além disso, o Idesam possui extenso histórico de trabalho com parceiros internacionais, que também apresentam seus padrões e princípios de atuação como requisitos. Entre esses parceiros, destacam-se: USAID, União Europeia, Fundação Moore, AfD, e FFEM, além do Ministério Público Federal.

### 1.3 Oportunidades Estratégicas

O principal objetivo do projeto é reduzir o desmatamento em terras privadas no Tocantins, focando na conversão causada pela expansão da produção agrícola e pecuária, que constitui o principal vetor do desmatamento no Estado. A redução do desmatamento é essencial para que o Brasil consiga alcançar suas metas climáticas, já que o setor de mudança do uso da terra é o principal emissor nacional – cerca de 60% das emissões nacionais. O setor é dominado pelas emissões advindas do desmatamento<sup>8</sup>. Para isso, foi pensada uma Teoria da Mudança que busca aumentar a produtividade de terras degradadas, reduzindo a pressão sobre remanescentes de vegetação nativa.

O cenário de "business-as-usual" (BAU) é caracterizado por pecuária extensiva, onde pastos de baixa produtividade e não gerenciados resultam em degradação do solo e desmatamento, pois o agricultor é forçado a aumentar áreas de pastagens para criar seu gado. A capacidade média de estocagem de bovinos no Tocantins é muito baixa, entre 0,5-1 cabeça por hectare.

O governo do Tocantins enfrenta inúmeras lacunas que impedem sua capacidade de lidar com o desmatamento impulsionado pelas commodities. No entanto, uma das respostas mais promissoras do governo é o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono), que foi lançado em 2010 e fornece aos agricultores o acesso a uma linha de crédito para implementar sistemas de intensificação sustentável e tecnologias de baixo carbono na agricultura.

Até o momento, no entanto, houve baixa adesão ao programa. Essa morosidade no acesso ao programa se dá por um conjunto de causas, dentre as quais podemos destacar uma barreira específica ao Programa ABC que indica que “para algumas atividades como a integração lavoura-pecuária-floresta faltam mais trabalhos de campo, junto aos produtores, para mostrar os resultados econômicos de tais práticas”<sup>9</sup>, assim como a sua difusão e extensão com os produtores rurais.

Dessa forma, o proposto projeto tem ambição estruturante. Trabalhando com recursos limitados, atua em uma área significativa de 50 hectares e com 2 a 3 modelos produtivos integrados distintos, que serão monitorados por programa MRV específico ao projeto. Os resultados do projeto irão informar Planos de Negócios atrativos para produtores rurais da região e irão embasar o desenvolvimento de uma Estratégia de Investimento para transição agroecológica e redução do desmatamento no Estado, dando segurança aos investidores potenciais.

O projeto irá abordar essas barreiras e transformar o cenário BAU, demonstrando a viabilidade financeira e ambiental dos modelos integrados e de alta produtividade através das propriedades modelo e com base nos dados do Sistema de MRV. Pensando além do horizonte temporal do projeto, também é proposto o desenvolvimento de Planos de Negócio para modelos produtivos sustentáveis e uma etapa específica de captação de recursos adicionais para expandir modelos produtivos de sucesso em outras propriedades do Estado. Vale ressaltar que o programa proposto promoverá a colaboração entre a SEMARH, sociedade civil e o setor privado para reduzir o impacto das commodities sobre o desmatamento, construindo canais de comunicação e cooperação pouco trabalhados até o momento.

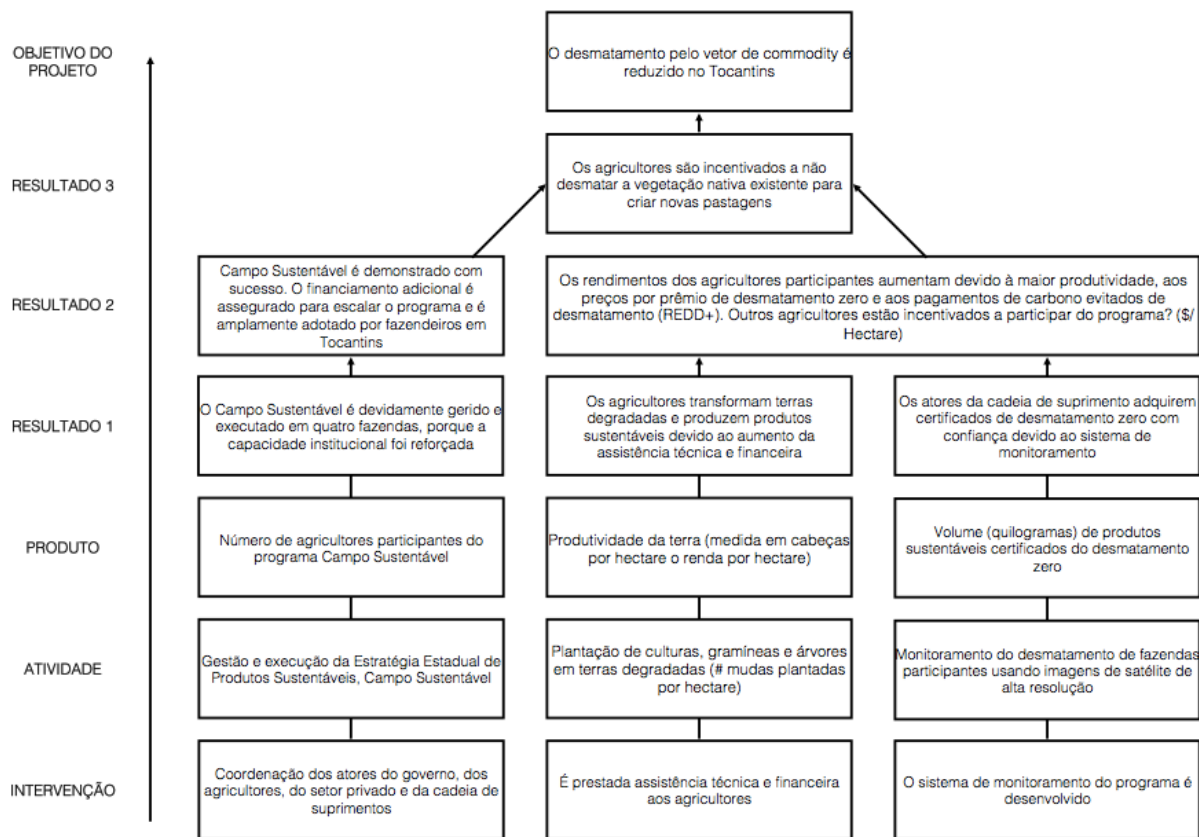
A figura abaixo descreve a Teoria da Mudança do projeto.

---

<sup>8</sup>[http://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2017/08/Relatorios-Seeg-2017\\_MUT\\_final.pdf](http://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2017/08/Relatorios-Seeg-2017_MUT_final.pdf)

<sup>9</sup>[http://ipam.org.br/bibliotecas/o-programa-agricultura-de-baixo-carbono-do-brasil-barreiras-para-a-sua-  
implementacao/](http://ipam.org.br/bibliotecas/o-programa-agricultura-de-baixo-carbono-do-brasil-barreiras-para-a-sua-implementacao/)

## Campo Sustentável Teoria da Mudança



Em resumo, o projeto estará estruturado em 4 eixos (apresentados em mais detalhes na seção “Descrição das Atividades”):

**Eixo 1:** Assistência técnica continuada aos agricultores selecionadas pelo Programa “Campo Sustentável” voltada à implementação de módulos demonstrativos de integração lavoura-pecuária-floresta, em um total de 50 hectares.

**Eixo 2:** Construção de plataforma de MRV para o Programa Campo Sustentável, incluindo monitoramento das propriedades no que se refere à manutenção de vegetação nativa, redução do desmatamento, aumento de produtividade e rastreabilidade da produção (certificado de origem).

**Eixo 3:** Desenvolvimento de Estratégia de Investimento para transição agroecológica e redução do desmatamento no Estado do Tocantins, visando a expansão do Programa Campo Sustentável para outras propriedades no Estado.

A estratégia estará apoiada no monitoramento dos custos de implementação e acompanhamento dos modelos demonstrativos, assim como na previsão de receitas e no aumento da produtividade nas propriedades-piloto do “Campo Sustentável”. O objetivo será a elaboração de Planos de Negócios e modelos de investimento inovadores voltados a intensificação da produção pecuária atrelado a compromissos de redução do desmatamento nas propriedades rurais.

Os modelos de negócios a serem elaborados irão considerar as receitas das vendas dos produtos finais (como carne) e também de ativos ambientais, como os créditos de carbono gerados pela redução do desmatamento e pelas atividades de restauração agroecológica, tornando as atividades mais rentáveis e atraentes para investidores.

**Eixo 4:** Prospecção de novos investimentos e *fundraising*: Elaboração de material de comunicação e prospecção de investimentos adicionais para o Estado do Tocantins, voltados a redução do desmatamento através da intensificação da produção pecuária. Neste eixo, estão previstos participação em eventos e fóruns estratégicos, apresentação para investidores nacionais e internacionais e interlocução com empresas do setor, como *traders* e frigoríficos.

## 1.4 Objetivos e Resultados Esperados

Eixos de ação	Resultados esperados	Indicadores	Fonte dos dados	Linha de Base		Metas	Método de coleta dos dados & Riscos	Principais pressupostos
				Valor	Ano			
Eixo 1: Programa Campo Sustentável é implementado com sucesso em 50 hectares	Modelos produtivos sustentáveis implementados em propriedades rurais, contribuindo para o engajamento de produtores e construção de estratégias para redução do desmatamento no Estado	Número de hectares onde modelo é implementado  Número de propriedades onde modelo é implementado  Gênero do proprietário rural envolvido no projeto  % de ganho de produtividade nas áreas piloto  Número de hectares de desmatamento evitado	Relatórios do Programa Campo Sustentável, apresentados pela Embrapa e Ruraltins	0 ha do modelo implementados  0 propriedades implementadas  Sem dados de gênero  0% de ganho de produtividade nas áreas piloto. Produtividade média é de 0,5 cabeça de gado por hectare.  0 ha de desmatamento evitado devido ao projeto	2018	Implementação do modelo em 50 hectares  Implementação do modelo em ao menos 3 propriedades  Ao menos 30% dos proprietários envolvidos na implementação do modelo são mulheres.  Triplicar o ganho da produtividade no prazo de 5 anos nas áreas piloto  Zerar o desmatamento ilegal nas propriedades beneficiadas pelo projeto	Observação em campo e análises técnicas/relatoria.  Baixo risco.	Há diversas propriedades propícias à implementação do programa, que devem ser analisadas segundo fatores ambientais, localização geográfica, questões fundiárias, etc (demais critérios a serem definidos).  As técnicas de produção diversificadas e intensificadas podem ser testadas em pequenas áreas piloto, com resultados replicáveis em áreas maiores.
Eixo 2: Construção de Plataforma MRV para Programa Campo Sustentável	Geração e disseminação de informação clara e confiável sobre o impacto dos novos modelos produtivos na paisagem, contribuindo para redução da pressão do desmatamento em áreas de vegetação nativa e permitindo maior engajamento do	Número de propriedades rurais com sistemas produtivos sustentáveis mapeadas  Plataforma de MRV construída e disponível em sistema online  Número de	Relatórios do Programa Campo Sustentável, apresentados pela Embrapa e Ruraltins  Resultados do sistema MRV desenvolvido pelo projeto  Relatoria do projeto pela	0 propriedades rurais com sistemas produtivos sustentáveis mapeadas  0 propriedades com atestados de origem/boas práticas produtivas  0 kgs vendidos de carne certificada sem	2018	2 propriedades rurais com sistemas produtivos sustentáveis mapeadas  5 empresas e atores estratégicos engajados com a Plataforma de MRV  2 propriedades com atestado de origem/boas práticas produtivas	Observação em campo e análises técnicas/relatoria.  Baixo risco.	Há interesse do setor privado em ganhar produtividade na produção pecuária.  Há interesse no mercado consumidor por atestado de origem de produção (livres de desmatamento).

	setor privado com iniciativas que implementem boas práticas produtivas no Estado.	propriedades certificadas origem/boas práticas  Volume vendido de carne (kg) certificada sem desmatamento	SEMARH e Idesam  SEAGRO – Secretaria de Agricultura e Pecuária do TO	desmatamento		Aumento médio de produtividade nas propriedades do Campo Sustentável em 3 vezes, após 3 anos.		
Eixo 3: Tocantins possui estratégia para financiamento da sua transição agroecológica e redução do desmatamento após fim do projeto	Proposta de financiamento de longo-prazo para redução do desmatamento delineada para o Estado do Tocantins, permitindo maior integração com o setor privado voltado a oferta de produtos “livres de desmatamento” e estruturação de novas cadeias produtivas sustentáveis	% de retorno financeiro observado nas propriedades modelo  Número de empresas e investidores abordados e engajados com o Programa “Campo Sustentável”  Número e gênero de atores locais envolvidos nos processos de consulta pública	Dados de MRV e análise financeira dos modelos  Relatoria do projeto pela SEMARH e Idesam	Não há dados de retorno financeiro de modelos produtivos sustentáveis  Não há Planos de Negócio  Sem engajamento de empresas ao Programa “Campo Sustentável”  0 atores locais envolvidos	2018	Estratégia de investimento de impacto elaborada para o Programa Campo Sustentável  2 Planos de Negócio elaborados e prontos para apresentação a investidores  5 empresas engajadas (apoio financeiro/institucional) ao Programa “Campo Sustentável”  Participação balanceada de ao menos 40% de mulheres nos processos de consulta do projeto.	Análise técnico-financeira. Baixo risco.	O modelo produtivo diversificado e intensivo é mais rentável que o Business as Usual  Há interesse do setor privado em ganhar produtividade na produção pecuária.
Eixo 4: Prospecção de novos investimentos e <i>fundraising</i>	Alavancar novos recursos (adicionais) para promover a estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e a redução do desmatamento no Estado	Desenvolvimento de materiais de comunicação institucional do projeto  Apresentação a potenciais investidores e apoiadores	Resultados dos Eixos 1, 2 e 3	Não há identidade visual.  Não há materiais de comunicação.  Não há estratégia ou Planos elaborados para apresentação a investidores	2018	Materiais de comunicação institucional do projeto desenvolvidos e adequados ao público alvo.  Identidade visual do projeto (selo de origem / livre de desmatamento)  Modelo de apresentação para as empresas.	Análise técnico-financeira. Baixo risco.	O projeto deve ter linguagem e identidade visual interessante aos públicos alvo, incluindo produtores rurais, empresas rurais e investidores.

						Captação de recursos e investimentos adicionais para o Programa "Campo Sustentável"		
--	--	--	--	--	--	---	--	--

## 1.5 Descrição das Atividades

Eixo Estratégico	Atividade	Ações	Produtos	Cronograma	Resultados esperados
1. Implementação do Programa Campo Sustentável (modelos demonstrativos)	Implementação de 50 hectares de módulos de integração Lavoura-Pecuária-Floresta	Mapeamento e seleção de propriedades que serão beneficiadas. <b>Garantir ao menos 1 proprietária do gênero feminino.</b>  Contratação de gerente do projeto e técnicos locais ( <b>priorizar a contratação de mulheres</b> )  Implementação e monitoramento dos modelos demonstrativos	Módulos demonstrativos de ILPF implantados em propriedades rurais do Estado (50 hectares)	Janela A, Fase estratégica	Modelos produtivos sustentáveis implementados em propriedades rurais, contribuindo para o engajamento de produtores e construção de estratégias para redução do desmatamento no Estado
2. Desenvolvimento de Plataforma MRV para Programa “Campo Sustentável”	Desenho do sistema de MRV para Programa  Desenvolvimento de Plataforma online interativa  Apresentação e abordagem com empresas (certificados de origem/rastreabilidade da produção)	Identificação e mapeamento de propriedades rurais que desenvolvem sistemas produtivos sustentáveis para grandes commodities ( <b>priorizar o mapeamento de mulheres que desenvolvam modelos produtivos sustentáveis</b> )  Contratação de desenvolvedor de plataforma para consolidação das informações  Apresentação dos modelos produtivos e sistema MRV para empresas  Criação dos certificados estaduais de “atestado de origem” da produção	Plataforma MRV para Programa Campo Sustentável criada e abastecida por informações locais	Janela A, Fase estratégica	Geração e disseminação de informação clara e confiável sobre o impacto dos novos modelos produtivos na paisagem, contribuindo para redução da pressão do desmatamento em áreas de vegetação nativa e permitindo maior engajamento do setor privado com iniciativas que implementem boas práticas produtivas no Estado.
3. Desenvolvimento de Estratégia de Investimento para transição agroecológica e redução do desmatamento	Desenvolvimento de estratégia de investimento para ampliação do Programa “Campo Sustentável”	Monitoramento dos custos de implantação e retorno observado (ex. aumento de produtividade) nos modelos produtivos implementados pelo Campo Sustentável e outras experiências de sucesso no Estado	Estratégia de investimento de impacto elaborada e discutida com atores-chave do Estado do TO	Janela A, Fase Estratégica	Proposta de financiamento de longo-prazo para redução do desmatamento delineada para o Estado do Tocantins, permitindo maior integração com o setor privado voltado a oferta de produtos “livres de

no Estado	Desenvolvimento de Planos de Negócios para modelos produtivos sustentáveis no Estado  Consultas e apresentação da Estratégia para atores-chave	Desenvolvimento de planos de negócio para escalonar os modelos produtivos para outras propriedades do Estado  Elaboração de processos de consulta e apresentação para empresas, governo e potenciais investidores (traders, frigoríficos, empresas/fundos internacionais). <b>Garantir a participação de ao menos 40% dos consultados do gênero feminino,</b>	Planos de Negócios elaborados e prontos para apresentação a investidores		desmatamento” e estruturação de novas cadeias produtivas sustentáveis
4. Prospecção de novos investimentos e fundraising	Elaboração de estratégia e material de comunicação para prospecção de novos financiamentos  Participação em eventos nacionais e internacionais e fóruns estratégicos, com foco em captação de recursos para o Estado	Contratação de equipe especializada para elaboração dos materiais de comunicação/fundraising do Programa “Campo Sustentável” e para Estratégia de Investimento do Estado  Viagens e participação em workshops/fóruns estratégicos  Traduções, impressões e diagramações	Estratégia e produtos de comunicação elaborados  Estado do TO participando em fóruns e eventos nacionais/internacionais estratégicos	Janela A, Fase Estratégica	Alavancar novos recursos (adicionais) para promover a estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e a redução do desmatamento no Estado

O impacto esperado pelo projeto é reduzir as taxas de desmatamento do Estado através de uma estratégia de produção rural sustentável, atacando um dos principais vetores do desmatamento no Estado que é a produção pecuária extensiva.

O primeiro eixo do projeto está voltado à gestão e implementação dos modelos demonstrativos do Programa “Campo Sustentável”, totalizando 50 hectares de módulos de integração lavoura-pecuária-floresta. A primeira etapa envolve a definição de critérios de seleção das propriedades que serão atendidas, realização dos diagnósticos agrícolas e implementação dos modelos propostos. O coordenador técnico do projeto e os técnicos locais trabalharão sob a liderança técnica da Embrapa e assistentes técnicos do Ruraltins. A equipe do projeto organizará e executará a compra de insumos de campo, como fertilizantes, sementes e materiais.

O segundo eixo envolve o desenvolvimento do modelo e Plataforma de MRV para o Programa “Campo Sustentável”. A Plataforma deverá consolidar informações sobre as propriedades que estão adotando boas práticas agropecuárias no Estado e gerar indicadores importantes como conservação de vegetação nativa e de estoques de carbono nas propriedades, aumento de produtividade alcançada, etc, facilitando a interlocução com empresas, traders e frigoríficos, que passarão a contar com uma plataforma consolidada para garantia de origem e rastreabilidade da produção.

O terceiro eixo está baseado na consolidação de uma Estratégia de Investimento para o Programa “Campo Sustentável”, visando ampliar o número de propriedades que implementam boas práticas agropecuárias (e conseqüentemente geram aumento de produtividade e redução do desmatamento) no Estado. A Estratégia de Investimento deve conter Planos de Negócios reais, com base nos custos e retornos verificados nos modelos piloto e em propriedades que já adotam sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta. Os Planos de Negócios são parte fundamental da Estratégia de Investimento, pois consolidam e apresentam custos, receitas, tempo e taxas de retorno para escalonar o Programa “Campo Sustentável” e ampliar o impacto esperado (redução do desmatamento no Estado e ampliação de práticas de produção rural sustentável).

Por fim, o quarto eixo irá possibilitar a captação de novos investimentos e *fundraising* para o Estado, a partir da criação de uma identidade visual e materiais de comunicação para o Programa “Campo Sustentável” e para a “Estratégia de Investimento” a ser elaborada. Os órgãos do Estado e parceiros preveem a organização de um evento de lançamento do Programa, além da apresentação dos resultados e Planos de Negócios em eventos e fóruns estratégicos. A soma dos 4 eixos deverá gerar o resultado esperado pelo projeto: a redução do desmatamento pelo vetor “commodity” no Estado e a captação de novos recursos para uma transição agroecológica do Estado do Tocantins.

## **1.6 Plano de Implementação e Prazo**

Esta seção deve indicar a sequência de todas as principais atividades e marcos de implementação, incluindo datas iniciais e finais específicas para cada etapa. Forneça o máximo de detalhes possível nesta fase. O plano de implementação deve mostrar um fluxo lógico de etapas, indicando que todas as etapas que irão acontecer foram cuidadosamente pensadas desde o início até o final do projeto. Inclua os relatórios, avaliações e atividades de avaliação exigidos. E também indique se o governo ou parceiro será responsável pela realização de cada atividade.

Se incluir o desenvolvimento de um plano de investimento, descreva a metodologia para realizar avaliação financeira e econômica, incluindo riscos.

Resultados Esperados	Atividades Planejadas	Responsável (governo ou parceiro)	Agenda de Implementação					
			Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6
Implementação do Programa Campo Sustentável (modelos demonstrativos)	Implementação de 50 hectares de módulos de integração Lavoura-Pecuária-Floresta	Ambos						
Desenvolvimento de Plataforma MRV para Programa “Campo Sustentável”	Desenho do sistema de MRV para Programa	Ambos						
	Desenvolvimento de Plataforma online interativa							
	Apresentação e abordagem com empresas (certificados de origem/rastreabilidade da produção)							
Desenvolvimento de Estratégia de Investimento para transição agroecológica e redução do desmatamento no Estado	Desenvolvimento de estratégia de investimento para ampliação do Programa “Campo Sustentável”	Idesam						
	Desenvolvimento de Planos de Negócios para modelos produtivos sustentáveis no Estado	Idesam						
	Consultas e apresentação da Estratégia para atores-chave	Idesam						
Prospecção de novos investimentos e fundraising	Elaboração de estratégia e material de comunicação para prospecção de novos financiamentos	Idesam						
	Participação em eventos nacionais e internacionais e fóruns estratégicos, com foco em captação de recursos para o Estado	Ambos						

## 1.7 Temas Transversais

### Interação com um Quadro Político mais Amplo

O Brasil apresentou seus NDCs em outubro de 2015<sup>10</sup>. Ao contrário dos outros países em desenvolvimento, que apresentaram metas de redução com base em projeção de crescimento, o Brasil definiu metas absolutas de redução de emissões. Os objetivos do Brasil no seu NDC são reduzir as emissões nacionais em 37% em relação aos níveis de 2005 até 2025, e um objetivo indicativo de até 43% de redução até 2030, o que seria sujeito a novas revisões. A NDC também estabelece alguns objetivos específicos para o uso da terra:

- O desmatamento ilegal na Amazônia brasileira até 2030 e a compensação pelas emissões de gases de efeito estufa decorrentes da supressão legal da vegetação até 2030;
- Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de floresta até 2030;
- Ampliar a escala dos sistemas de manejo florestal sustentável;
- Fortalecer o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) e realizar a restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e um aumento de 5 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) até 2030.

O programa proposto ajudará diretamente o Brasil a alcançar suas metas de NDC para uso da terra, porque o projeto visa a redução do desmatamento e da pressão para conversão de áreas de vegetação nativa, através da intensificação e integração de sistemas agrícolas, pecuários e florestais. Portanto, o projeto aqui proposto terá uma importância fundamental para permitir o cumprimento do NDC brasileiro, ajudando o Tocantins a superar muitas barreiras institucionais que o impedem de contribuir para a consecução da estratégia federal.

Além disso, o programa proposto contribui para o alcance das metas da Declaração de Rio Branco, que coloca os compromissos dos estados do GCF em reduzir o desmatamento em 80% - caso sejam garantidos financiamentos baseados em desempenho, que sejam adequados, suficientes e de longo prazo. O projeto não opera segundo a lógica de pagamento por resultado, porém, a importante contribuição da NORAD-PNUD, junto aos esforços do Estado do Tocantins, contribui para a mudança da lógica produtiva do estado, saindo de um cenário de Business as Usual (BAU) para uma lógica que reduza a pressão sobre áreas de vegetação nativa e, conseqüentemente, o desmatamento. A transformação agroecológica e investimento em boas práticas produtivas é a estratégia do governo do Tocantins para que a conservação ambiental seja aliada do desenvolvimento socioeconômico, e com isso, ganhe aceitação da sociedade em geral e perenize um novo modelo de desenvolvimento sustentável para a região.

No mais, essa estratégia é totalmente convergente com a [4ª fase do](#) Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - [PPCDAm](#) para o período 2016-2020. Essa abordagem fica evidente no [Plano Operativo](#), e na “Diretriz Estratégica X. Incentivo à adoção de práticas agropecuárias sustentáveis, de modo a reduzir a demanda por novas áreas para produção”.

O [PPCDQ-TO](#), Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Tocantins, foi atualizado em 2015 e também coloca esse ponto de forma clara e com destaque em suas diretrizes estratégicas:

*“(i) Reconhece a importância do Estado do Tocantins na Amazônia Legal em termos ambientais como região de transição entre o bioma Cerrado e o bioma Amazônico e, em termos sociais, como Estado, que passou por graves conflitos sobre acesso à terra e como região que possa ter um papel importante*

---

<sup>10</sup>[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/BRASIL\\_iNDC\\_portugues.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/BRASIL_iNDC_portugues.pdf)

*na redução da pressão sobre os recursos naturais no bioma amazônico;*

*(ii) Busca estimular o desenvolvimento do Estado do Tocantins em bases sustentáveis, promovendo, ao mesmo tempo, a conservação ambiental e a inclusão social, reconhecendo, por um lado, a importância da conservação da biodiversidade e da capacidade dos ecossistemas do Estado de prestar serviços ambientais fundamentais para a produção agrícola e pecuária e, por outro, a legitimidade das aspirações dos segmentos mais carentes da sociedade.”*

Assim, é possível afirmar que o projeto contribui para o alcance dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, na Declaração de Rio Branco, além de estar plenamente alinhado com as diretrizes estratégicas do governo federal e estadual para a prevenção e controle do desmatamento da vegetação nativa (via PPCDam e PPCDQ-TO).

## Parcerias

O projeto contará com a parceria de duas instituições, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Ruraltins, órgão governamental do Tocantins responsável pela extensão rural. Estas duas instituições trabalharam em conjunto com a SEMARH na idealização e concepção do Campo Sustentável, sendo elas as parceiras responsáveis pela implementação do Eixo 1 do projeto, devido ao conhecimento técnico e prático de cada uma, contribuindo assim, para a sua base sólida de resultados interessantes para o setor privado, mercado consumidor e investidores.

Na execução de suas atividades, as instituições trabalharão em estreita colaboração com os técnicos agrícolas e o coordenador técnico do programa, de forma a prover conhecimentos e capacidade técnica, relacionamentos de confiança no campo, facilitar comunicação com produtores e atores locais, coletar e analisar dados de produção e desmatamento, etc.

## Participação das Partes Interessadas

O projeto foi desenvolvido em parceria entre SEMARH e Idesam, e em próximo diálogo e colaboração em Ruraltins e Embrapa, que participaram do desenho do projeto desde sua concepção em 2017. Em conjunto, os 4 parceiros do projeto têm ampla entrada e acesso aos produtores rurais do Tocantins, além de conhecimento e diálogo com os demais elos da cadeia produtiva, investidores nacionais e internacionais e sociedade civil organizada. No ato da assinatura do Contrato, a SEMARH deverá firmar parceria por meio de Acordo de Cooperação Técnica com as duas entidades colaboradoras.

Tanto a Embrapa (instituição pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil) quanto o Ruraltins (órgão da administração direta do Tocantins, responsável pela extensão rural no estado) atuarão com seus conhecimentos teóricos e práticos para a efetiva implementação do projeto, em especial de seu eixo 1, aplicando as técnicas adequadas da integração lavoura-pecuária-floresta, considerando as características ambientais do Tocantins.

Em particular, destacamos o papel dos proprietários rurais com boas práticas de intensificação e integração produtiva, que serão identificados ao longo do projeto, podendo contribuir com monitoramento/coleta de dados e certificação de seus produtos como livres de desmatamento.

## Integração de Gênero

O Tocantins é caracterizado pela desigualdade no trabalho entre homens e mulheres<sup>11</sup>, de forma compatível com a cultura brasileira em geral. Dessa forma, a agenda de gênero e empoderamento

---

<sup>11</sup> <https://gazetadocerrado.com.br/2018/02/20/especial-gazeta-tocantins-e-um-dos-estados-com-maior-desigualdade-no-trabalho-entre-homens-e-mulheres/>

feminino ainda são nascentes e os debates estão caminhando principalmente no setor da educação<sup>12</sup>.

O projeto, no entanto, não tem como objetivo central o empoderamento de grupos marginalizados, focando principalmente em modelos produtivos agroecológicos e sustentáveis. De toda forma, serão adotadas práticas de equidade de gênero de forma a promover o acesso paritário às oportunidades criadas pelo projeto. A abordagem de igualdade de gênero se dará em três principais aspectos:

i. Priorização das propriedades piloto. Os critérios de seleção das propriedades modelo e das propriedades que receberão selo de origem serão desenhados de forma a favorecer o acesso de proprietárias mulheres, que compõem uma minoria, desde que estejam no raio de abrangência do projeto na região selecionada.

ii. Monitoramento: O sistema de MRV a ser desenvolvido pelo projeto priorizará a coleta de dados de proprietárias mulheres, assim como outras representantes locais envolvidas. A perspectiva feminina deve estar igualmente representada na documentação de indicadores de resultados e lições aprendidas.

iii. Participação nas consultas públicas. O projeto garantirá que as mulheres e os homens participem equitativamente nos processos de consulta sobre a estratégia de investimento e os planos de negócios, o que será monitorado pelas metas do projeto. As consultas serão organizadas de forma a favorecer participação equitativa de gênero dentro das realidades locais.

Adicionalmente, o projeto conta com orçamento específico para garantir a participação efetiva de mulheres nos processos de consulta e espaços de discussão, assim como prevê a contratação de um especialista em gênero para apoiar na integração das metas e indicadores de gênero nos primeiros 6 meses do projeto.

### Gestão de Conhecimento e Comunicações

Os resultados do projeto serão acompanhados pela plataforma de monitoramento MRV que será desenvolvida, com foco no monitoramento dos custos de implantação e retorno observado nos modelos produtivos implementados pelo Campo Sustentável, além de outras experiências de sucesso no Estado que possam ser observadas.

Os resultados do sistema de monitoramento serão base para o desenvolvimento dos planos de negócios sustentáveis do projeto, assim como informarão as comunicações com atores e empresas locais. Nesse sentido, o marketing e comunicação são vistos como elementos cruciais para o sucesso do projeto, e para sua continuidade ao longo do tempo. As atividades incluem o desenvolvimento de uma identidade visual para o programa, selo de origem / sem desmatamento, e apresentação Power Point para as empresas.

As lições aprendidas serão também capturadas nos relatórios técnico-narrativos de acompanhamento do projeto. Essas lições podem ser comunicadas com os demais estados do GCF-Brasil e demais regiões, segundo orientações da Coordenação Nacional.

---

<sup>12</sup> [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498520529\\_ARQUIVO\\_Artigo.EdisselmadosSantosAlecrim.Texto\\_completo\\_MM\\_FG.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498520529_ARQUIVO_Artigo.EdisselmadosSantosAlecrim.Texto_completo_MM_FG.pdf)

# 2. Riscos, Monitoramento e Avaliação

---

## 2.1 Gerenciamento de Riscos

O projeto proposto não irá ferir os princípios e padrões de salvaguardas do PNUD, por seu cunho socioambiental e sua agenda positiva de demonstrar a viabilidade de modelos produtivos integrados e alternativos. O projeto visa a conservação da biodiversidade e recursos naturais, e parte da premissa da mitigação das emissões de gases de efeito estufa através da redução do desmatamento e da adaptação através de modelos produtivos mais resilientes às mudanças do clima. O projeto trabalhará dentro das normas nacionais de segurança e saúde do trabalho, além de respeitar os padrões de prevenção da poluição e eficiência energética, dentro das realidades locais. Não há expectativa de deslocamento por conta do projeto, nem de envolvimento direto com grupos indígenas.

### Risco de Incentivo

A proposta de redução do desmatamento implica em não transformar a área de vegetação nativa em propósitos produtivos provenientes do desmatamento. Para garantir a adesão ao projeto e para que mantenham seus compromissos, os incentivos devem ser maiores do que o custo de oportunidade do desmatamento e plantio. O piloto de demonstração ajudará a descobrir o tamanho de incentivo necessário para continuar motivando o agricultor a participar do programa. O risco é que os incentivos não sejam altos o suficiente, ou que mudem ao longo do tempo, e o agricultor decida abandonar o programa para desmatar novas áreas, afetando negativamente e de forma direta os resultados e resultados-chave do projeto. Esse risco é considerado como médio pela equipe do projeto.

### Risco Institucional

Instabilidade institucional das instituições gestoras do Programa tendo em vista possíveis intervenções oriundas de demandas judiciais o que pode levar à interrupção em processos administrativos e troca de comando de gestores, o que interfere na continuidade de projetos e políticas públicas. Tal risco também se reflete nas eleições de Outubro de 2018 que podem determinar a troca do Governador atual. No entanto, o risco institucional é considerado baixo, dado que o estado assinou compromissos para a agenda climática, inclusive a Declaração de Rio Branco, e para o desenvolvimento do Programa Jurisdicional de REDD+, que abriga a iniciativa proposta. A equipe técnica do estado também está integrada ao programa, facilitando uma possível transição política. Atualmente é considerado uma política de estado, e não de governo, o que torna o programa menos vulnerável a possíveis intervenções.

### Risco Climático

O clima representa outro risco para o programa por causa do plantio e crescimento que ocorrerá ao longo dos 18 meses. Caso haja padrões climáticos inesperados que resultem em secas, acarretará em consequências negativas sobre a capacidade dos agricultores de implementar os sistemas de intensificação, transformar suas pastagens degradadas e aumentar sua produtividade. De toda forma, o risco é considerado baixo.

### Risco de Gênero

O Brasil possui uma cultura ainda predominantemente machista, principalmente nas regiões rurais do país e em alguns setores produtivos, como o da agropecuária. Existe um risco de que o projeto represente de forma desproporcional e insuficiente as perspectivas femininas. Porém, este risco é baixo, já que o projeto visa adotar medidas e indicadores de desempenho diretamente relacionadas à abordagem equitativa de gênero. As medidas estão focadas na priorização das propriedades piloto, na

coleta e análise de dados do sistema de MRV do projeto e garantia de participação nos processos de consulta pública para desenvolvimento de planos de negócio e investimento.

## 2.2 Monitoramento

Uma plataforma dedicada à nuvem será usada para monitorar o programa. Esta plataforma deverá estar apta para acompanhar os avanços dos resultados, calibrar e monitorar possíveis alterações, e assegurar que as atividades aconteçam dentro do prazo esperado e fazer os ajustes necessários para manter o cronograma geral das atividades. A plataforma deverá também gerar relatórios trimestrais de status do projeto os quais servirão para medir e acompanhar os avanços dos produtos esperados e entregáveis. A Plataforma será acessível e construída em portal web de tal forma que possa ser acompanhada remotamente por qualquer entidade envolvida no projeto.

Serão apresentados relatórios trimestrais de situação baseados nos objetivos e indicadores desta proposta, apresentando análises periódicas sobre as ações desenvolvidas, os resultados obtidos, os gargalos e dificuldades e quaisquer ajustes ou mudanças de estratégia com justificativas. Os demonstrativos financeiros também serão fornecidos mostrando quais os fundos foram executados.

Os dados coletados pelo sistema de MRV do projeto estarão relacionados ao nível local das propriedades piloto, informando desenvolvimento dos modelos produtivos implementados, além de fomentar a rastreabilidade da produção nas propriedades piloto. Serão monitorados resultados como receita geral do produtor, volume de produção de carne livre de desmatamento, aumento de produtividade animal por hectare, outras fontes de receita não exploradas pelo produtor, como madeira ou frutos, adequação ambiental da propriedade, como passivo ambiental e área de Reserva Legal, etc. O sistema do projeto fará uso de ferramentas já existentes, como MapBiomass, Global Forest Watch, análises do PRODES/INPE e a base do Cadastro Ambiental Rural, que está sob gestão do Serviço Florestal Brasileiro.

Uma avaliação técnica final do projeto será executada para medir o impacto da intervenção e recolher as lições aprendidas. Essa avaliação será conduzida por consultoria externa especializada e independente, e deverá ocorrer nos últimos dois meses de implementação, podendo apresentar resultados finais após o prazo de execução do projeto.

## 2.3 Sustentabilidade dos Resultados

A jurisdição utilizará os resultados do projeto de demonstração para fortalecer o Programa Campo Sustentável. Este Projeto tem potencial para reduzir muito o desmatamento, impulsionando a prática sustentável na cadeia de suprimentos da pecuária.

O projeto proposto é a colaboração entre as partes interessadas, todas as quais se beneficiarão dos resultados do projeto. Um resultado importante do projeto será desenvolver uma estratégia através de um plano de negócios para escalonar o programa em outras áreas do estado e atrair financiamento. O Campo Sustentável também almeja criar uma rede de parceiros, a fim de alavancar recursos e investimentos para a replicação do projeto em outras propriedades do estado, através da demonstração dos resultados.

Mesmo sendo um projeto piloto, o Campo Sustentável estará aninhado com o Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins, contribuindo também com a definição de critérios de elegibilidade para a distribuição de benefícios gerados, com o favorecimento do desenvolvimento sustentável local e a distribuição igualitária dos benefícios gerados, alinhados com boas práticas internacionais, com a definição de uma metodologia e de um plano de monitoramento para determinar as reduções de emissões, com a avaliação e o desenvolvimento de uma plataforma de registros e com a elaboração

de um relatório de monitoramento que quantifique as reduções de emissões obtidas. Todos estes são objetivos da estratégia de REDD+ em elaboração.

Com o apoio do Financiamento do GCF, por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o programa Cerrado Sustentável pode ser criado, demonstrado, monitorado e difundido para assegurar a apropriada participação dos envolvidos e atrair investidores adicionais para alavancar ações sustentáveis, reduzir desmatamento no Estado, assim como contribuir com uma estratégia maior, mais elaborada e com alcance mais amplo, que o Tocantins está elaborando.

## 3.Orçamento

---

Ver tabela Excel anexa.